

OPINIÃO DA RBS

# O MERCOSUL E A DEMOCRACIA

Bloco de países sulinos não pode compactuar com desmandos do governo venezuelano, pois agridem direitos da população e contribuem para gerar ainda mais instabilidade na região

Os chanceleres de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) agiram em favor dos venezuelanos e em respeito a um dos pilares básicos da integração ao decidir, por unanimidade, pela suspensão da Venezuela do grupo de países sul-americanos. A cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia, de 1998, coloca o respeito às liberdades como pressuposto para fazer parte do bloco regional. Por mais que a decisão tenha efeito mais simbólico do que prático, não há como fechar os olhos e transigir com as sistemáticas violações aos direitos individuais que vêm se multiplicando na Venezuela.

O governo de Nicolás Maduro, depois de ter sido punido em dezembro por questões técnicas, vem passando sistematicamente por cima de decisões do Legislativo. Além disso, apa-

relhou o Judiciário, prende opositores, cerceia a atuação da mídia, persegue veículos de imprensa não alinhados e reprime com rigor os protestos de rua, que já provocaram um número incalculável de mortos. E, contra todas as advertências, inclusive externas, levou adiante uma Assembleia Constituinte cuja eleição visou basicamente contribuir para os esforços do governo em se manter no poder a qualquer custo.

Infelizmente, a sanção máxima aplicada a um país que desrespeita frontalmente a democracia tem efeitos limitados. Mesmo crescentes e de alto custo para os venezuelanos, que já enfrentam todo tipo de privação, as pressões internas e externas ao governo de Nicolás Maduro ainda não são consistentes a ponto de ameaçar seu mandato, que vai até janeiro de 2019. Dependente do petróleo venezuelano, o presidente Donald Trump evita san-

ções mais rígidas, por temor de elevação dos preços dos combustíveis para os norte-americanos. Os países sul-americanos, porém, que em 2012 já haviam punido o Paraguai, pela forma como foi conduzido o impeachment do presidente Fernando Lugo, precisavam demonstrar coerência.

O bloco de países sulinos não pode compactuar com desmandos do governo venezuelano, pois agridem direitos da população e contribuem para gerar ainda mais instabilidade na região, que precisa de paz e liberdade para se desenvolver. O mesmo protocolo que instituiu a cláusula democrática não prevê expulsão, o que na prática puniria também os venezuelanos. Resta torcer, portanto, para que, contra as evidências, o país vizinho venha a se reconciliar logo com a ordem democrática, contribuindo para mais estabilidade política na região.

ARTIGO

## ÀS FAVAS TODOS OS ESCRÚPULOS

RODRIGO  
GHIRINGHELLI  
DE AZEVEDO  
Sociólogo, professor e  
pesquisador da PUCRS  
rodrigo.azevedo@pucrs.br



Na semana em que a Câmara Federal garantiu a imunidade ao presidente Temer quanto aos crimes apontados na denúncia do procurador-geral da República, dois outros fatos indicaram o que está em andamento na área da segurança pública.

O primeiro foi o evento Brasil de Ideias, em que ministros debateram com empresários as propostas do governo para a segurança, liderados pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchebegoyen. As orientações dadas foram claras: teses e dissertações são inúteis; a mídia precisa ser "compreensiva" com o que tem que ser feito, pois haverá "incidentes"; em uma guerra, acontecem "coisas indesejáveis", até "injustiças". Mas não sejamos politicamente corretos, pois isso nos impede de discutir qualquer coisa. Recado dado.

Poucos dias depois, vem a público um manifesto, liderado por integrantes do Ministério Público, a maioria deles do Rio Grande do Sul (100), con-

Desses luminares, não se ouve uma palavra sobre planejamento de ações de segurança

tra o "garantismo e a bandiolatria". Segundo o documento, juizes garantistas e professores esquerdistas de fato defendem bandidos, e propostas como audiências de custódia, controle sobre as autoridades

judiciais e garantias processuais são "democidas", ou seja, visam ao extermínio do povo e à proteção e à impunidade de criminosos.

Desses luminares, não se ouve uma palavra sobre planejamento de ações de segurança integradas, qualificação da investigação policial, retomada do controle do Estado sobre o ambiente carcerário ou políticas de prevenção. Não discutam o fato de que o Rio Grande do Sul aumentou em 30% sua população carcerária nos últimos três anos, e o resultado é pífio na redução da criminalidade.

O cerco se fecha. Quando a instituição apontada na Constituição como zeladora dos direitos e garantias fundamentais se rende ao mais rasteiro populismo punitivo, e a autoridade federal que hoje dá as cartas na política de segurança já antecipa o atropelo a direitos como efeito colateral mas necessário da guerra contra o crime, e pede a conivência da mídia, já foram às favas todos os escrúpulos. E, com eles, a democracia.



Grupo **RBS**

**Presidente**  
Eduardo Sirotsky Melzer

**CEO Mídias:** Claudio Toigo Filho  
**CEO e.Bricks:** Fábio Bruggioni  
**Diretora de Estratégia:** Luciana Antonini Ribeiro

**Presidente Emérito:**  
Jayme Sirotsky

**Conselho de Administração**

Carlos Melzer  
Cláudio Thomaz Lobo Sonder  
Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente)  
Geraldo Corrêa  
Jayme Sirotsky  
Marcelo Sirotsky  
Nelson Pacheco Sirotsky  
Pedro Sirotsky

**Fundador:**  
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

**Diretoria Executiva Mídias**

**Presidente-executivo:**  
Claudio Toigo Filho

**Produto e Operações:** Andriara Petterle  
**Mercado:** Marcelo Pacheco  
**Marketing:** Marcelo Leite  
**Editorial:** Marcelo Rech  
**Finanças e Controladoria:** Ibanor Polessio

**ZH**  
ZEROS HORA

Fundada em 4 de maio de 1964

**Diretora de Redação**  
Marta Gleich

**Diretor de TI e Operações**  
Pericles Cenço

**Gerente Executiva de Assinaturas**  
Jorja Portella

zerohora.com.br